

**Revista Extensão Cidadã - Ano 3 - n° 01.2008 (janeiro a junho)**  
**Entrevista com o Prof. Ivan Targino**

*Por Júlio Américo*

Paraibano de Cacimba de Dentro, Ivan Targino Moreira é professor associado da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ocupando a função de Chefe do Departamento de Economia. Formado em Economia pela UFPB (1974) e em Filosofia pela UNICAP (1974), aprofundou-se nos caminhos da economia e, em 1978, concluiu o mestrado na Universidade Federal de Pernambuco. Seu desejo de colocar o conhecimento a serviço da sociedade certamente o motivou a fazer o doutorado (1982) e pós-doutorado (2004), ambos pela Université Paris I (Panthéon-Sorbonne). O reconhecimento da experiência acumulada em economia, principalmente nas áreas de Economia Agrária e do Trabalho, o levou a integrar atualmente o Comitê Multidisciplinar da CAPES.

Ivan Targino pesquisa principalmente as temáticas agricultura, trabalho e migração, tendo como recorte espacial, principalmente, a Paraíba e o Nordeste. Sobre essas matérias, tem vários livros e artigos publicados. Atuando hoje como professor dos Programas de Pós-Graduação em Economia e em Geografia da UFPB, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Porém, há um capítulo riquíssimo na história de Ivan Targino, que teve como cenário a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB. Uma experiência permeada por uma práxis idealista e fundada no anseio de contribuir para que aquela instituição, sempre mais, consolidasse o seu compromisso com o processo de transformação social. É sobre essa fértil etapa que ele fala agora.

**1. Que fatos deram início à sua história na extensão?**

A rigor, a minha participação junto a comunidades é anterior ao meu ingresso na UFPB, em 1976. Desde os anos 60 que participei de atividades de alfabetização de adultos, de organização de comunidades e de organização de sindicatos. Após a minha entrada na

UFPB e a finalização do curso de doutorado, passei a prestar assessoria a alguns movimentos populares com atuação na Paraíba.

## **2. O que o motivou a dedicar-se ao trabalho com a extensão?**

Os motivos que levaram ao meu envolvimento com a extensão universitária foram, basicamente, de duas ordens. Em primeiro lugar, os relacionados com a consciência da necessidade de participar do processo de transformação social, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e fraterna. Em segundo lugar, os motivos ligados à visão de uma universidade socialmente comprometida com a realidade em que está inserida.

## **3. O senhor foi Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFPB (PRAC). Em que período? E o que significou essa experiência no seu crescimento humano e profissional?**

Eu ocupei o cargo de Pró-Reitor de Assuntos Comunitários (denominação anterior) durante todo o reitorado do Prof. Neroaldo Pontes de Azevedo, isto é, de outubro de 1992 a outubro de 1996, e também durante dois meses do reitorado do Prof. Jader Oliveira, pois ele solicitou que eu continuasse, temporariamente, no cargo enquanto ele terminava de concluir a formação de sua equipe. Esse período para mim foi bastante rico tanto do ponto de vista humano quanto profissional. Representou uma experiência inteiramente nova. Até então, estive envolvido com as atividades docentes. A minha experiência com as funções administrativas restringiu-se à Coordenação do Curso de Mestrado em Economia (1985/87) e a participação na diretoria da ADUF (1986/87). De repente, vi-me envolvido com uma máquina administrativa bastante ampla: dar conta de toda a estrutura de assistência estudantil (restaurantes e residências universitárias) nos sete campi que integravam a UFPB, além das atividades de extensão. A consciência da dimensão da tarefa fez-me relutar em aceitar o convite que me foi feito pelo Prof. Neroaldo Pontes para assumir a Pró-Reitoria. Não me arrependo de ter assumido o desafio. Essa experiência foi bastante enriquecedora não apenas pela sua dimensão administrativo-burocrática, mas, sobretudo, pelo conhecimento que pude ter da dimensão e da riqueza das atividades de extensão que integrantes do corpo docente,

discente e técnico-administrativo da UFPB realizavam, não obstante as precariedades do suporte à realização de tais atividades.

**4. Para alguns, na sua gestão como Pró-Reitor, a PRAC se projetou nacionalmente como uma das mais atuantes Pró-Reitorias do país. A que se deve esse fato?**

Como dizia, anteriormente, a dimensão e a riqueza das atividades de extensão da UFPB eram e são bastante significativas. Já havia, principalmente na área da extensão cultural, uma estrutura montada desde o período em que o Prof. Iveraldo Lucena foi Pró-Reitor, no reitorado do Prof. Linaldo Cavalcanti. Integram essa rede os seguintes órgãos: Núcleo de Documentação Cinematográfica (NUDOC), Núcleo de Arte Contemporânea (NAC), Núcleo de Pesquisa e Documentação em Cultura Popular (NUPPO), ao qual estavam subordinadas as oficinas de arte em vários municípios do Estado, Núcleo de Teatro Universitário (NTU). Posteriormente foi criado o Núcleo Integrado de Educação da Terceira Idade (NIETI), este último fundado pelo Professor William Pinheiro, durante o período em que ele foi Pró-Reitor da PRAC. Ainda ligados à Pró-Reitoria existiam o programa de extensão comunitária coordenado por Emanuel Falcão e os projetos desenvolvidos pela Divisão de Atividades Desportivas (DAD). Nas demais instâncias da UFPB, seja por iniciativa pessoal de alguns professores seja por iniciativa dos departamentos, núcleos, grupos, etc. havia vários projetos muito interessantes. Apenas para citar alguns: Projeto de Plantas Medicinais, Escola de Postura, Projeto Zé Peão, etc. Apesar de todas essas iniciativas, não havia uma dimensão institucional da extensão. O esforço da equipe da PRAC, formada<sup>1</sup> por Genaro Ieno, Fernando Abath, Neiliane Maia (substituída por Rossana Souto Maior), Romero Leite e por mim, foi exatamente de tentar construir um processo de institucionalização da extensão universitária de modo que o tripé fundante da vida universitária (ensino, pesquisa e extensão) passasse a ser uma realidade e não um mero jogo de palavras. Para construir esse caminho, alguns passos foram fundamentais: a) criação do Comitê Assessor de Extensão, formado pelos assessores de extensão dos Departamentos – isso permitiu uma

---

<sup>1</sup> Durante o ano de 1992, o Prof. Osvaldo Trigueiro também integrou a equipe, sendo responsável pela articulação com os municípios.

interlocução constante e aprofundada com os Departamentos, de modo que a Pró-Reitoria não ficou isolada nas suas decisões, antes ela passou a ser um órgão executor das decisões tomadas no Comitê. Essa foi uma inovação muito rica; b) a aprovação da Resolução 9/93 do CONSEPE que regulamentou as atividades de extensão – ao mesmo tempo em que a Resolução buscava desburocratizar as atividades de extensão (agilizando, por exemplo, a aprovação e o registro das atividades), ela objetivava valorizar as atividades de extensão (pontuação das atividades para concurso, para progressão funcional, etc.; aproveitamento de participação em atividades de extensão como disciplina optativa, etc.); c) criação do Programa de Bolsa de Extensão – O PROBEX foi criado em 1993, com 200 bolsas no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), o equivalente na época a cerca de US\$200,00; naquele momento era o maior programa de bolsa de extensão entre todas as universidades federais brasileiras; esse programa permitiu o engajamento de professores de todos os sete campi da UFPB, ensejando um grande envolvimento de professores e alunos, considerando que em cada projeto era possível incluir alunos voluntários; d) estabelecimento de canais de divulgação das atividades e eventos de extensão – dentre os principais canais podem ser lembrados: i) a revista de extensão da UFPB com periodicidade semestral, tendo sido publicados dois números; a revista era um espaço importante de registro e reflexão sobre as atividades extensionistas, buscando mostrar que a extensão não é um fazer qualquer, mas um fazer acadêmico; a publicação da revista teve continuidade durante a gestão da Prof. Rossana Souto Maior à frente da PRAC, com a editoração de mais 8 números até 1999; ii) publicação da Série Extensão destinada a publicar livros sobre os trabalhos de extensão, tendo sido publicados 17 volumes; iii) prêmio Novos Autores Paraibanos, destinado a premiar autores paraibanos nas áreas de conto, romance, poesia e teatro; iv) programa das atividades de extensão, com o objetivo de divulgar a realização de todas as atividades e eventos de extensão em cada mês; v) reativação do programa de contos populares da Paraíba, com o objetivo de dar divulgação ao acervo de contos populares colhidos pelo NUPPO, durante o período que o Prof. Iveraldo Lucena esteve à frente da Pró-Reitoria. O conjunto dessas atividades, arquitetadas pela equipe que estava à frente da Praça e pelo Comitê Assessor de Extensão, realmente, permitiram uma estruturação melhor das atividades de extensão no âmbito da UFPB,

bem como deram visibilidade crescente da extensão realizada na UFPB no cenário das Universidades Federais Brasileiras. Digo isto não para ressaltar uma atuação pessoal, pois tenho a consciência de que esse projeto foi resultado de um esforço de equipe, e mais de que isso, um projeto de reitorado que se mostrou, apesar de todas as dificuldades financeiras da época, um sopro inovador sobre a UFPB.

##### **5. Poderia nos falar de sua participação no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e da importância dessa instância para a extensão universitária?**

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão foi criado em 1987. Nessa época eu não estava na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, portanto, não participei da sua criação. A minha participação no Fórum ocorreu a partir de 1992. Fui vice-coordenador regional, depois coordenador regional e vice-coordenador nacional. Nessa condição, integrei, também, a Comissão Nacional de Extensão na gestão do Ministro Murilo Hingel. Durante esse período, o Fórum Nacional lutou pela criação de um espaço de sustentação da Extensão Universitária, no âmbito do Ministério da Educação, mais precisamente na SESU. Para tanto, o Fórum contou com a colaboração decisiva da Professora Maria José Ribeiro, ex-presidente da ANDES, que participava da SESU. Naquele momento foi criado o PROEXTE (Programa de Extensão). Pela primeira vez na história da Universidade Pública Brasileira havia um projeto de apoio explícito às atividades de extensão. Isso foi uma grande conquista do Fórum. Embora os recursos fossem poucos (cem mil reais para cada IES), eles permitiram uma mobilização de professores nos sete campi para elaboração de projetos de extensão, de modo a construir um só projeto da UFPB, para concorrer ao PROEXTE. Infelizmente, a iniciativa não prosperou durante o governo FHC. Na primeira reunião da Comissão Nacional de Extensão com o novo secretário da SESE, ficou evidenciada a mudança na concepção de extensão: passava a ser vista como um meio das IFES conseguirem recursos (através da oferta de cursos e de serviços) para complementação do orçamento. Além disso, a iniciativa da primeira dama de reativar o Projeto Rondon (com novo nome: Universidade solidária) reforçou a visão de extensão como atividade eventual (por ocasião das férias escolares), sem uma integração efetiva com o ensino e a pesquisa. O Fórum posicionou-se contra a iniciativa, mas foi voto vencido. No governo FHC, portanto, as iniciativas de

institucionalizar a extensão em nível do MEC foram todas infrutíferas. Apesar disso, o Fórum de Pró-Reitores continuou a ser uma fronteira importante de luta contra a maré neoliberal que varreu o país e, de modo particular, as Universidades. Lutar contra um processo avaliativo que privilegiava a “carreira” individual dos docentes em detrimento de um projeto coletivo de Universidade, inserida socialmente, não é uma tarefa das mais fáceis. Ainda hoje, ainda pagamos os tributos a essa visão “produtivista” da atividade docente. Além dessa articulação “para fora”, que é importantíssima, o Fórum também desempenha um papel “para dentro”, isto é propicia discussões internas que aprofundam teoricamente a extensão universitária e permite a troca de experiências entre as Universidades.

**6. Em sua gestão à frente da PRAC, o CONSEPE aprovou a Resolução nº 09/93, que promoveu uma série de mudanças na estrutura e no modo de fazer extensão na UFPB. Qual a sua participação nesse processo?**

Como foi dito anteriormente, a Resolução 9/93 foi fundamental no esforço de institucionalização da extensão. Na primeira reunião do CONSEPE, após a posse de Neroaldo, estava na pauta a discussão de uma resolução que regulamentaria a extensão na UFPB. Por considerar que aquela resolução não permitia a dinamização das atividades extensionistas, fiz um pedido de vistas ao processo. A partir de então, foi desencadeada uma série de discussões nos departamentos e nos Centros, objetivando a redação de um novo texto de resolução. A meu ver, essas discussões foram muito importantes para criar um clima de reflexão e de difusão da atividade de extensão em todos os sete campi. Esse ambiente de discussão continuou mesmo após a aprovação do texto pelo CONSEPE, pois cada Centro teve que estabelecer uma resolução própria, adaptando a Resolução 9/93 às suas especificidades e necessidades. Para além das normas estruturantes que ela estabeleceu, conforme comentários anteriores, colocar na pauta de discussão dos Departamentos e dos Centros a atividade de extensão foi, certamente, a sua maior conquista.

**7. O Senhor é economista, com doutorado nessa área. A sua formação, em algum momento, dificultou o seu trabalho com a extensão universitária?**

A minha formação de economista, ao contrário, facilita o meu trabalho na extensão universitária, pois permite uma visão mais ampla e estrutural dos problemas da sociedade brasileira. Convém lembrar que tenho, também, a graduação em filosofia e cursei dois anos de teologia. O conjunto dessa formação tem me proporcionado um entendimento que julgo interessante das questões econômicas e sociais da nossa terra e da nossa gente.

#### **8. Como aconteceu, na sua experiência, a valorização do tripé ensino-pesquisa-extensão?**

A minha vivência anterior ao magistério universitário permitiu-me um contato muito direto com os problemas que afligiam e ainda afligem a maior parcela da população brasileira: fome, analfabetismo, desnutrição, baixo nível organizacional, etc. O contato com essa realidade permitiu-me a compreensão de que o conhecimento não pode ser dissociado da realidade, nem um processo que envolva apenas a razão. Educar é ajudar a entender o mundo, mas um entendimento ativo que implica também em engajamento na sua transformação. Na minha vida, posso citar dois momentos fortes que me ajudaram a ter essa percepção. O primeiro foi a minha participação na Juventude Operária Católica, que adotava o método “ver, julgar e agir”. Toda reunião começava com um relato de um acontecimento (Ver). Em seguida, passava-se à análise do acontecimento que permitia o aprofundamento do conhecimento do grupo (Julgar). E, por fim, o grupo decidia que ações deveriam ser implementadas para corrigir ou reforçar (dependendo do caso) situações como a relatada no início da reunião. O segundo momento foi a minha experiência com o estudo de teologia. Não tínhamos aulas. O responsável pela formação (Pe: José Comblin), organizava uma série de temas e fornecia um roteiro de “estudo”. Cada tema comportava três momentos: a) levantamento junto às comunidades rurais em que estávamos inseridos da percepção das pessoas a respeito do assunto a ser estudado; b) leituras de textos teológicos, sociológicos a respeito do tema; c) confronto entre a realidade vivida e a doutrina, que resultava num texto escrito, depois de intensa discussão por parte de cada equipe. O tempo da equipe estava dividido entre o trabalho no roçado (normalmente pela manhã), o estudo dos textos (realizado na parte da tarde) e o contato com a população no período

da noite e nos finais de semana. Essas duas experiências me mostraram que o conhecimento tem de estar profundamente enraizado na realidade e que além de alimentar o intelecto tem também que transformar os corações e as vontades, de modo que seja um processo de compreensão, de ligação afetiva e de transformação da realidade. Assim, o ensino criativo tem que estar ligado à pesquisa da realidade e só será transformador se gerar um comprometimento pessoal e social com as pessoas e com os problemas investigados e estudados.

**9. Segundo o seu olhar, o que falta às gestões das universidades públicas no que diz respeito à extensão?**

A meu ver, falta às universidades públicas um projeto político pedagógico que possibilite uma integração efetiva e afetiva entre ensino, pesquisa e extensão. Isto é, um projeto que quebre os muros das salas de aula e que considere os alunos como agentes ativos do processo de aprendizagem. Que rompa com a visão de que os alunos são pessoas que são sustentadas (alumnus) ou, segundo uma outra interpretação, que não têm luz (a lumen) e que precisam ser iluminados e ancorados pelos ensinamentos do mestre. Nesse sentido, a UFPB está perdendo uma grande oportunidade de assim proceder. A elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos diferentes cursos não tem caminhado, salvo poucas exceções, num processo que resulte, efetivamente, na dinamização do ensino e, muito menos, na integração entre a pesquisa e a extensão.

**10. A seu ver, o que torna a extensão universitária uma extensão cidadã?**

Para que a extensão universitária se transforme em uma extensão cidadã, ela precisa preencher três requisitos: em primeiro lugar, ela tem que tratar de um problema relevante para a sociedade e trazer uma contribuição efetiva para o seu encaminhamento; em segundo lugar, que ela possibilite uma reflexão ativa sobre a realidade de modo a ser uma oportunidade de mudança de visão e de comportamento por parte dos alunos e dos professores envolvidos; c) em terceiro lugar, ela precisa “invadir” as salas de aula e os projetos de pesquisa de modo a garantir a oxigenização das atividades de ensino e pesquisa alimentando-as, permanentemente, com os reais problemas da sociedade.



**11. Dentre os projetos dos quais participou, qual o senhor apontaria como o mais próximo de uma extensão cidadã?**

De 1997 a 1999, participei de um trabalho de assessoria a quatro Projetos de Assentamento situados na Zona da Mata Paraibana. Na ocasião eu participava da equipe do Projeto Lumiar, e aproveitei a infraestrutura do Projeto Lumiar para inserir vários alunos do curso de Economia no trabalho. Da atividade de extensão resultou a elaboração de alguns projetos de financiamento pelo PRONAF, de treinamento de trabalhadores assentados para a gerência das associações, da realização de atividades culturais e recreativas. Ao todo, participaram do Projeto de Extensão seis alunos, em suas diferentes fases. As reuniões semanais com a equipe foram oportunidades de reflexão sobre a política agrária brasileira e o envolvimento dos alunos com essa política, ainda que em nível dos Assentamentos. Desse Projeto, resultou, inclusive, a elaboração de duas monografias de conclusão de curso. Na época eu também lecionava a disciplina economia agrária, o que permitiu uma forte interação entre as atividades de extensão, pesquisa e ensino.

**12. Qual o papel da extensão na mudança de consciência dos estudantes e da comunidade no que diz respeito às questões sociais e à consciência política?**

Como já comentei, anteriormente, a atividade de extensão permite um contato direto de professores e alunos com a realidade. E esse contato, por mais efêmero que seja, deixa marcas importantes na inteligência e no coração das pessoas. Lembro-me de um professor que me dizia que triste é aquela pessoa que na sua juventude não foi capaz de um gesto de doação e de engajamento social. Os problemas sociais são tão gritantes que deixam as suas marcas em todos aqueles que em algum momento se envolveram com eles. Esse contato marca com ferro e fogo as nossas almas e as nossas consciências.

**13. Poderia nos citar algum fato que marcou a sua história na extensão?**

Até hoje guardo as palavras de uma mulher sertaneja que participou de um grupo de alfabetização por mim coordenado. Ao final do curso, por ocasião da avaliação, ela disse ao grupo: “Antes eu rezava ‘Pai nosso que estás nos céus’, mas hoje eu digo ‘Pai

nosso que estás na terra.” Nessa frase, aquela mulher resumia a transformação de sua visão de mundo que a alfabetização pelo método de Paulo Freire lhe proporcionou. Alfabetizar-se não é só decifrar um código de letras, mas é, sobretudo, decifrar um novo código de inserção no tempo e no espaço, comprometida com o aqui e o agora.

#### **14. O que o senhor diria àqueles que ainda farão extensão universitária?**

Gostaria de lembrar a definição estabelecida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão no documento de sua fundação: a extensão é uma atividade de mão dupla que articula a universidade com as demandas sociais e permite uma inserção transformadora tanto do grupo alvo quanto dos membros das equipes que a promovem. Nesses tempos, em que os processos avaliativos em curso nos levam a ficar mais preocupados com suas carreiras do que com a nossa missão educadora, a inserção em atividades de extensão, com certeza, permitirá uma reavaliação dessa trajetória, conclamando-nos a sermos antes de tudo agentes da transformação social e elementos importantes no processo de formação de nossos alunos enquanto pessoas profissionalmente competentes e socialmente comprometidas.